

Seminário revela unidade das juventudes político-partidárias para aprofundar os avanços em 2010

Fernando Henrique Borgonovi*

A vitória de um grupo político só se dá quando sua luta estiver assegurada pela Constituição, pois do contrário um governo qualquer pode mudar a política

A unidade das forças democráticas e populares para aprofundar as mudanças em curso no país foi o eixo principal do seminário “Juventude e o Projeto Nacional”, realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de outubro. Fruto da parceria de várias organizações juvenis políticas e partidárias – como a União da Juventude Socialista (UJS), a Juventude do PT (JPT), a Juventude Socialista do PDT (JS-PDT), a Juventude Pátria Livre (JPL), a Juventude Socialista Brasileira (JSB) e a Juventude do PMDB (JPMDB) –, o evento, o primeiro desse tipo,

contou ainda com o apoio de instituições partidárias como a Fundação Perseu Abramo (PT) e a Fundação Maurício Graboís (PCdoB).

Os debates do seminário giraram em torno das temáticas das políticas públicas e do protagonismo da juventude na discussão de projetos para o país e nas eleições de 2010. Constatação unânime entre as lideranças presentes é a necessidade de apontar um programa contemplando mais e melhores avanços. Um programa abordando pautas concretas de melhoria das condições de vida dos 50 milhões de jovens

brasileiros, visando a dialogar com esse imenso contingente, reeleger o projeto mudancista e barrar o retorno do neoliberalismo.

Retrato fiel dessa posição foi o ato político que encerrou a atividade. Nele, marcaram presença Ricardo Berzoini, presidente do Partido dos Trabalhadores, Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil, Ciro Gomes, pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro, Sérgio Rubens, do Partido Pátria Livre, além de representantes de outras siglas. Todos saudaram a iniciativa das en-

Ato Político do Seminário
“Juventude e o Projeto
Nacional”, ocorrido no dia 28
de outubro de 2009



tidades juvenis – ressaltando a maturidade política demonstrada no ato de se juntarem para construir uma plataforma com vistas à eleição – e concluíram que o esforço de partidos de centro-esquerda e movimentos populares deve ser o de mobilizar o Brasil para aprofundar o ciclo político aberto a partir de 2002.

Para Severine Macedo, secretária de juventude do PT, o seminário foi um “momento importante para dialogar sobre problemas comuns da juventude e formular uma plataforma organizada”, capaz de unir as diversas pautas específicas. “A atuação nas organizações partidárias e movimentos da juventude é muito importante e devemos cada vez mais disputar espaços de poder. Uma reforma política é extremamente necessária para mudar o sistema de poder e dar mais oportunidade para a juventude disputar esses espaços”, analisou.

Para Marcelo Gavião, presidente da União da Juventude Socialista, o evento ajuda a consolidar os aspectos que unificam a luta da juventude e prepara o setor para contribuir na disputa eleitoral. “Esse seminário mostra o potencial de intervenção política e organização das juventudes políticas e partidárias. Um dos segredos para a vitória no próximo período está em construir um amplo campo político para enfrentar a batalha decisiva de 2010”, disse.

Em sua exposição durante o seminário, Pedro Campos, coordenador nacional da Juventude Pátria Livre, lembrou os prejuízos causados à nação durante os governos neoliberais, como as privatizações, e apontou que, para executar um projeto de desenvolvimento, será necessário fortalecer o papel indutor do Estado em projetos de infraestrutura, sendo preciso direcionar a ação do BNDES para esse desafio.



Desenvolvimento nacional no centro da pauta

Um dos legados deixados pelo governo Lula é a recuperação da capacidade de planejamento e intervenção do Estado nos grandes temas nacionais. É o que se depreende da intervenção de Antônio Lambertucci, secretário executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, e de Haroldo Lima, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, expostas na mesa de debate “Desenvolvimento Sustentável no Brasil para um novo tempo”.

“O que seria do Brasil se BNDES, Banco do Brasil, Caixa e Petrobrás fossem hoje privados? Bancos privados tiraram crédito na época da crise. A contratação de servidores públicos é criticada pela oposição e pela mídia, mas o que o governo tem feito é a recomposição dos quadros do Estado, destruído no período neoliberal”, afirmou Lambertucci.

Lambertucci ressaltou ainda os programas sociais para combater a miséria e integrar milhões de brasileiros ao consumo de bens básicos. “Existem setores que tratam programas como o Bolsa Família como se fossem produtores da acomodação e da inércia no povo, mas na verdade são programas que têm proporcionado a recuperação do mercado interno.” O desafio agora é transformar as conquistas em políticas de Estado.

“Está sendo formulado um projeto de Consolidação das Leis Sociais para que as conquistas possam continuar”, concluiu.

Para Haroldo Lima, depois de duas décadas perdidas, voltou-se a discutir e a pensar o desenvolvimento nacional. “Do final da segunda guerra até a década de 80, fomos o país que mais cresceu no mundo. No bojo desse crescimento, deixamos de ser um país agrário para ser industrial. Depois, esse processo foi interrompido. Por isso, a retomada agora é um fato de grande relevância histórica”, disse.

O diretor da ANP, após discorrer sobre a descoberta do pré-sal, o modelo de exploração e o marco regulatório propostos para o setor, defendeu o que considera essencial para que um recurso não renovável, caso do petróleo, contribua na sustentabilidade do desenvolvimento. “Os recursos dessa fabulosa riqueza devem ser gastos em coisas ligadas às necessidades do futuro, como educação, infraestrutura, reflorestamento.” Haroldo concordou com a proposta, levantada pelo movimento estudantil, de reservar 50% dos recursos do novo fundo do pré-sal para a educação. “Mas tem que fazer barulho. Se não for no grito, com destemor, destemperança, como sempre foi a juventude, não serão ouvidos. Tem que pleitear 50% para conseguir algo próximo a isso.”



Público presente no seminário

PPJ e o marco institucional

O professor Jorge Abrahão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), convidado da mesa “As políticas públicas de juventude no Brasil: o legado de uma geração”, considerou que os avanços obtidos na implementação dessas políticas, a partir de 2005, com a constituição da secretaria e do conselho de juventude, devem ser comemorados. No entanto, Abrahão fez uma analogia com a previdência do trabalhador rural para demonstrar que existe necessidade de fixar tais avanços como políticas de Estado. “A previdência rural, que fez a pobreza cair em 10% no Brasil, está sob ataque há 20 anos. Só não caiu porque está inscrita na Constituição. A vitória de um grupo político só se dá quando sua luta estiver assegurada pela Constituição, pois do contrário um governo qualquer pode mudar a política”, disse.

Já Danilo Moreira, secretário adjunto da Secretaria Nacional de Juventude, chamou a atenção das entidades para que aproveitem o momento favorável com vistas a aprovar as boas iniciativas que estão no Congresso. “Devemos conquistar a institucionalidade das políticas de juventude. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da juventude (confira matéria na edição anterior

Tem que fazer barulho. Se não for no grito, com destemor, como sempre foi a juventude, não serão ouvidos.

de *Juventude.br*) está parada no Senado mesmo sendo quase consensual. Deve-se olhar para as prioridades do movimento de juventude, coordenar as ações. Nossa pauta de hoje é a aprovação da PEC e do Plano [Nacional de Juventude]”.

Políticas estruturais e específicas

“O governo tem trabalhado a criação de políticas estruturantes junto a outras, mais específicas. Criam-se universidades públicas e, ao mesmo tempo, políticas como o Projovem”, argumentou Beto Cury, referindo-se a uma das ações do atual governo voltadas à juventude. O secretário nacional de juventude também reconheceu a necessidade de avançar nas atuais políticas: “É possível dar mais qualidade, além de aumentar a quantidade de jovens atingidos.”

Fazendo coro com o reconhecimento dos avanços e cobrando mais, a deputada federal Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) salientou que, diante do desafio de retomar o desenvolvimento, o país não pode prescindir dos jovens. “Não há projeto sólido de desenvolvimento nacional se não levar em conta 50 milhões de jovens,

25% da população que estão no auge da capacidade produtiva”, avaliou. Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara, Manuela fez questão de ressaltar a mudança de concepções face ao que havia nos dois governos de FHC. “No governo Fernando Henrique não apenas inexistiam políticas públicas de juventude. Mais que isso, não se considerava que o Estado deveria se preocupar com esse tema. Achava-se que o terceiro setor, apenas ele, daria conta. Mas política pública é principalmente dinheiro, e quem tem recurso para destinar é o Estado”.

A interface Estado-sociedade esteve representada no seminário através do atual presidente do Conselho Nacional de Juventude, Davi Barros. Ele colocou como uma das grandes metas atuais a criação de canais permanentes entre o que é feito na esfera federal e as realizações de estados e municípios. “Temos por objetivo criar uma rede de conselhos para ter intervenção consistente no acompanhamento e controle social das políticas de juventude”, afirmou. ●

* **FERNANDO HENRIQUE BORGONOVÍ** é jornalista, diretor de comunicação da União da Juventude Socialista (UJS).